

# **Reconhecimento Facial com IA: Potencial e Desafios Éticos**

**Arthur Vitório de Carvalho**

**Laura Thalita Silva Sales Carvalho**

O uso do reconhecimento facial baseado em Inteligência Artificial (IA) tem sido utilizado frequentemente, e é inegável que traz benefícios como maior segurança e personalização. Porém, seu uso também traz pontos de atenção sobre questões éticas atualmente, relacionadas a viés, transparência, privacidade e direitos individuais.

## 1. Viés e Justiça

Os principais vieses presentes neste tema são:

- **Dados:** Algoritmos que não focam na diversidade da sociedade acabam prejudicando grupos minoritários;
- **Algorítmico:** Escolhas no design do modelo podem reforçar estas desigualdades.

Um exemplo de grupos que têm sido prejudicados são mulheres e pessoas negras que acabam apresentando uma taxa de erro, quando comparado com homens brancos, podendo gerar desigualdade em campos como, mercado de trabalho, e segurança pública.

## 2. Transparência

O reconhecimento facial frequentemente funciona como uma “*black box*”, dificultando entender como chega a certas decisões. Em áreas como justiça criminal ou seleção de pessoal, é essencial que o sistema ofereça justificativas claras. Sem isso, erros podem afetar vidas sem que haja possibilidade de contestação.

A falta de acesso ao funcionamento interno impede fiscalização adequada.

## 3. Impacto Social e Direitos

Outra problemática relacionada ao reconhecimento facial por IA no Brasil, diz respeito aos direitos fundamentais. O equilíbrio entre segurança pública e liberdade individual é um dos maiores desafios éticos.

No Brasil, a LGPD exige consentimento e uso transparente de dados pessoais.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, o monitoramento de funcionários ou candidatos pode gerar ambientes de pressão e reforçar desigualdades, especialmente se o sistema contiver vieses.

#### 4. Responsabilidade e Governança

Leis como a LGPD, no Brasil, e o GDPR, na União Europeia, já estabelecem parâmetros rígidos para proteção de dados, mas sua aplicação prática ainda é um desafio.

A LGPD tem como objetivo garantir a proteção do cidadão, portanto, é necessário que o reconhecimento facial com IA seja restrito a situações específicas e legalmente justificadas, submetido a **auditorias independentes** e sempre alinhado aos princípios da **LGPD**, garantindo consentimento, transparência e direito de contestação. Como sugestão, propomos três recomendações:

1. **Restringir o uso público:** proibir a vigilância em massa e permitir o reconhecimento facial apenas em casos específicos e legalmente autorizados (ex.: investigação de crimes graves ou localização de desaparecidos).
2. **Auditorias independentes:** exigir avaliações técnicas regulares para medir viés, taxas de erro e impactos sociais, com resultados públicos e fiscalização contínua.
3. **Garantir direitos individuais:** assegurar consentimento informado no uso de dados faciais e garantir que qualquer pessoa possa contestar decisões automatizadas que a afetem.

Desta maneira, a tecnologia pode gerar benefícios sem violar direitos fundamentais.